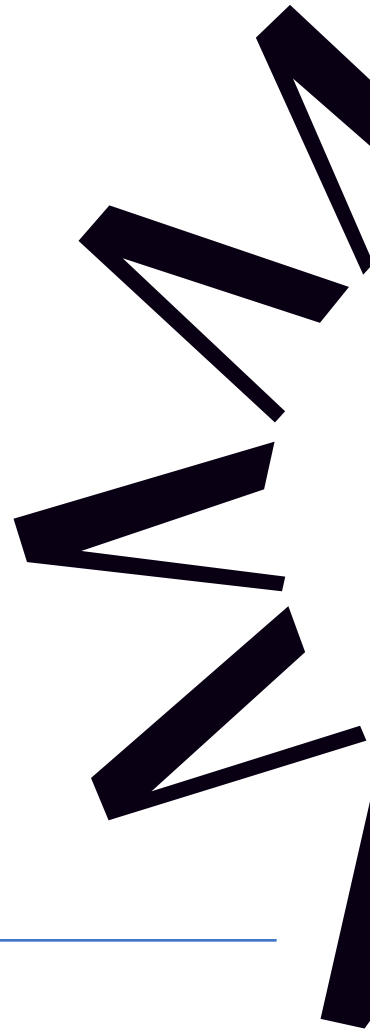


O que seria uma boa reforma tributária?

Pedro Fernando Nery



I. Introdução

Economistas se interessam por reforma tributária porque existe o estereótipo de ser uma área que estuda incentivos. E impostos alteram incentivos. Se pensarmos que 30% da economia transita pelo Estado via carga tributária, isso quer dizer que há uma quantidade razoável de incentivos dos agentes econômicos sendo afetados em diversos momentos.

Por isso a tributação é estudada por economistas - não só por juristas - em tantos países do mundo. E o que está sendo colocado agora é a retomada da discussão sobre a reforma da tributação do consumo. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem se comprometido com esse tema.

Reforma tributária é um tema que recebeu menos atenção no governo anterior, quando a ênfase era um pouco diferente. Houve uma primeira tentativa de mudar a tributação da ação de lucros e dividendos, mas não havia entusiasmo em relação às propostas de reforma da tributação do consumo que estavam tramitando no Congresso, notadamente a PEC 45, na Câmara, e a PEC 110, no Senado - ambas partindo de visões similares.

No atual governo o tema volta à pauta e passa a contar com uma secretaria extraordinária liderada pelo economista Bernard Appy, o grande mentor intelectual das duas propostas mencionadas acima. Apesar da reforma ser um esforço que conta com grande número de especialistas, Appy se destacou nos últimos anos por essa liderança.



II. Incentivos tributários

Na imagem abaixo, vemos Amsterdã. A fachada na frente dos canais, além de ser um exemplo de arquitetura apreciada pelos turistas, também serve de exemplo interessante para discutirmos incentivos. Conta-se que a largura da fachada das casas da frente dos canais de Amsterdã não acabou tão estreita tão somente pela imaginação de arquitetos, mas foi fruto de incentivos colocados pela tributação. As propriedades eram taxadas não de acordo com a sua profundidade ou a sua altura, mas sim de acordo com a sua largura na frente do canal.

| Figura 1 | Incentivos tributários



Fonte: Octahedron(ODX), Instituto Millenium com projeções da Secretaria do Tesouro Nacional e dados do Banco Central

Isso incentivou a construção de imóveis relativamente curtos, fachadas realmente estreitas na frente do canal, com prédios mais altos e mais fundos. Essa aparente distorção configurou o estilo típico de Amsterdam, um exemplo visual para imaginarmos como a tributação afeta as escolhas dos agentes econômicos.

Na imagem abaixo, vemos uma cadeira com uma pequena mesa - aparentemente. Essa estória traz um ponto interessante, pois a reforma da tributação do consumo é, resumidamente, a busca por uniformizar as alíquotas que incidem sobre todos os bens e todos os serviços da economia. Hoje, no Brasil, temos um sistema em que, em geral, os bens pagam menos tributos do que serviços, e mesmo entre os bens existe uma diferença grande entre um e outro produto.

| Figura 2 |



Fonte: Octahedron(ODX), Instituto Millenium com projeções da Secretaria do Tesouro Nacional e dados do Banco Central

A imagem da cadeira e mesa acima é, na verdade, uma bicicleta. Trata-se de uma iniciativa de fabricantes do setor, a bike clandestina. Ela foi desenhada para chamar a atenção de que, se a bicicleta fosse vendida como a cadeira e mesa, ela pagaria menos imposto do que se ela fosse vendida como bicicleta, ainda que os componentes fossem todos os mesmos.

Esse tipo de distorção não faz sentido econômico. É contraproducente que a tributação distorça as escolhas dos agentes econômicos a esse ponto. Não deveria fazer diferença um determinado conjunto de insumos ser vendido como a bicicleta ou como cadeira e mesa. Eles são a mesma coisa.

Existem vários outros exemplos nesse sentido. Mas o problema não é só problema brasileiro. Militantes feministas na Alemanha fizeram *The Tampon Book*, ou o livro do absorvente, um livro que serve como embalagem de absorventes, porque livros, assim como no Brasil, tendem a ser isentos ou a pagar

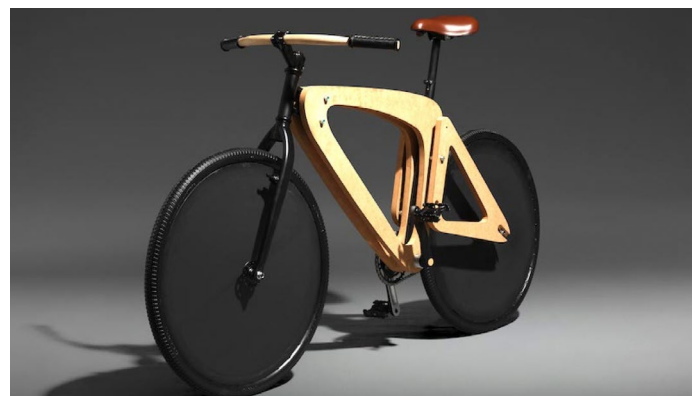
menos impostos. Então, se o absorvente fosse vendido como se livro fosse, ele pagaria menos imposto. Elas queriam chamar a atenção para o que chamam de “pink tax”, conceito de que produtos feitos para mulheres custam mais caro que produtos para homens.

No Brasil, temos muitos exemplos engraçados sobre essa falta de uniformização na cobrança de impostos, como, por exemplo, a questão dos crocs. Crocs é sandália de borracha ou sapato impermeável? A Receita Federal vai dizer uma coisa, os fabricantes vão dizer outra, pois, apesar de ser o mesmo produto, o enquadramento como sandália de borracha ou como sapato impermeável resulta em tratamento tributário diferente. Há ainda o caso da farinha de rosca, que é comparada ao pão. Se você faz a farinha ou se você vende como pão, a tributação é diferente.

Enfim, são casos pitorescos da falta de uniformização tributária. E eu digo pitorescos, porque há casos que vão ser mais relevantes para o funcionamento da economia.

Um exemplo do Appy vem do setor de construção civil. Do ponto de vista da produtividade pode ser mais eficiente utilizar estruturas pré-moldadas na construção de um edifício. Mas o desenho da tributação no Brasil favorece a adição de valor no canteiro de obras, tributada por ISS e PIS/COFINS cumulativo, em detrimento da utilização de estruturas pré-fabricadas, que pagam IPI, ICMS e PIS/COFINS pelo regime não-cumulativo. (XXX REF)

| Figura 3 |

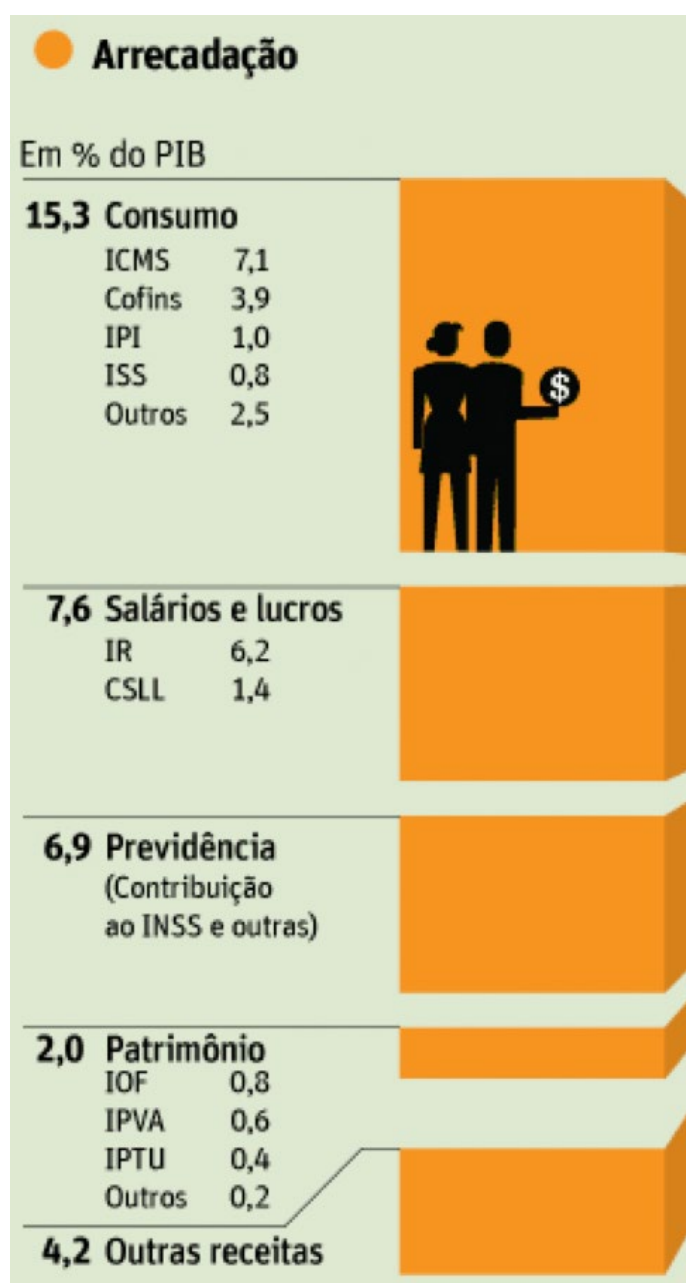


Fonte: Octahedron(ODX), Instituto Millenium com projeções da Secretaria do Tesouro Nacional e dados do Banco Central

III Tributação de bens e serviços

A imagem abaixo representa uma divisão de como é a carga tributária no Brasil, qual o percentual de cada tipo de tributação. Podemos observar que o peso relevante que a tributação no consumo (bens e serviços) tem no sistema como um todo.

| Figura 4 |



Por isso há tanta ênfase da reforma da tributação do consumo. As propostas da PEC 45 e PEC 110 não só uniformizam a tributação sobre bens e serviços - as alíquotas entre os diferentes bens - como também visam a unificação dos tributos federais e estaduais. A ideia é ter um único imposto nesse sentido.

Poderíamos discutir outros temas relativos à tributação do consumo que não estão exatamente nessa proposta. Muito tem se falado em outros países, e na OCDE, sobre a tributação digital ou o imposto GAFSA, que é um acrônimo aludindo a Google, Apple, Facebook e Amazon. A ideia aqui é a de que essas empresas estariam gerando altos lucros a partir de dados dos cidadãos de diversos países, sem necessariamente pagar tributos nesses locais. Essas empresas estão sediadas na Califórnia, Irlanda e outros lugares, mas o insumo de sua atividade é a exploração de nossos dados, quando usamos o Instagram, curtindo, compartilhando, etc.

Então, há uma discussão mais moderna sobre tributar de alguma forma essas empresas, trazer os lucros elevados delas para o país. Isso não está colocado em nenhuma das PECs, mas serve de exemplo de como a reforma poderia ter outras bases.

Outra questão não abordada por essas reformas, mas que tem a ver com tributação do consumo, é a questão da tributação verde, ou, no jargão da Economia, a tributação pigouviana - fundamentalmente a tributação do carbono. Esse é um tema muito quente em outros países. A tributação do carbono foi, por exemplo, o estopim da revolta dos coletes amarelos (gilets jaunes), contra Emmanuel Macron, na França, em 2019, pelo aumento dos preços dos combustíveis. Era ainda uma época pré-pandemia e pré-guerra da Ucrânia, mas havia um esforço de tributar mais combustíveis fósseis como medida para melhorar os efeitos da mudança climática. Essa é outra questão que também está fora da discussão de reforma tributária, mas que se relaciona com o consumo. Hoje a discussão de aumentar impostos sobre a gasolina parece estar fora da janela de Overton no Brasil.

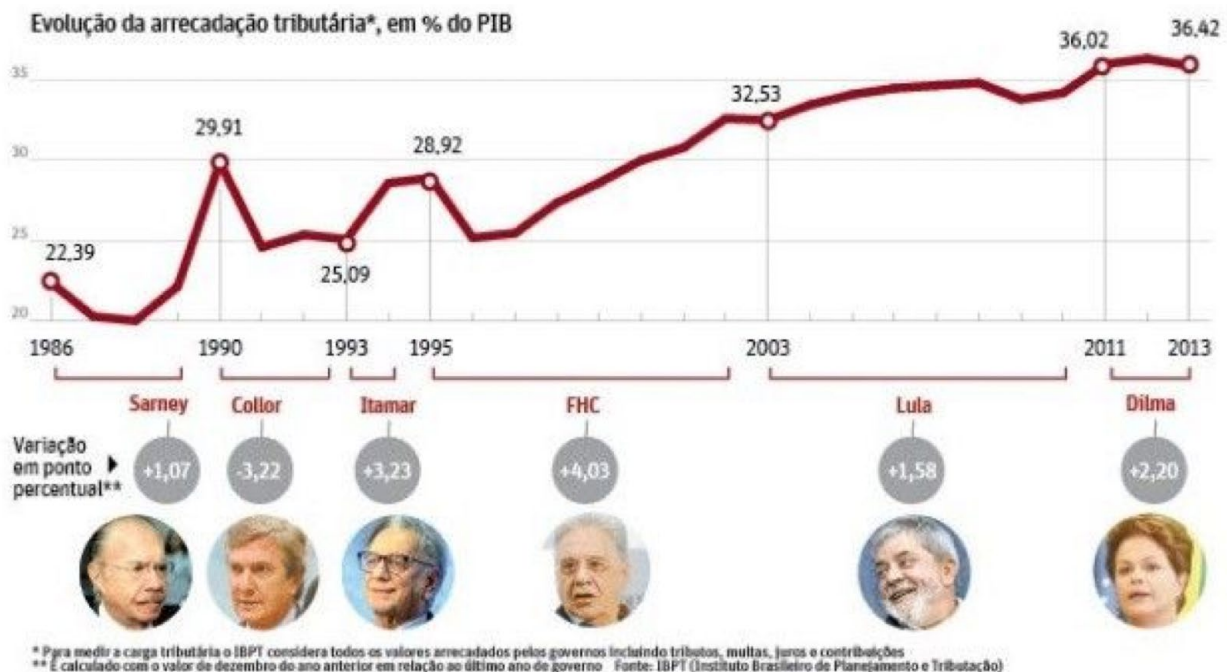
Outra discussão interessante pouco discutida no Brasil diz respeito ao que a literatura chama de “imposto sobre pecado”: são tributações pecuniárias, destinadas a internalizar uma externalidade, normalmente voltadas para a área da saúde. O termo pecado é um pouco moralista, mas se refere à maior tributação do consumo de, por exemplo, açúcar, gordura ou álcool. Muitos não gostam desse tipo de ideia, mas é uma abordagem interessante se pensarmos que temos um Sistema Único de Saúde, financiado por todos, e que empresas lucram com a venda de determinados produtos que vão onerar esse sistema. Talvez faça sentido esses produtos serem mais tributados.

Desmistificando uma ideia que está sendo colocada em discussão, algumas pessoas creem

que a reforma tributária vem para reduzir a carga tributária, mas isso não está colocado. Até porque temos uma questão fiscal que ainda pressiona muito, com despesas elevadas e um déficit primário elevado. Então, não se cogita que a carga tributária seja reduzida. Nem no governo anterior isso foi colocado.

Essa é uma primeira questão, a carga tributária subiu muito no Brasil ao longo dos tempos, e esteve estagnada nos últimos anos, Ela teve forte alta no governo Fernando Henrique e nos governos Lula. Mas esse desafio não está colocado na atual discussão.

| Figura 5 |



Fonte: Octahedron(ODX), Instituto Millenium com projeções da Secretaria do Tesouro Nacional e dados do Banco Central

Um pouco do trabalho aqui é verificar, afinal, se estamos falando da mesma coisa quando falamos de reforma tributária. Isso porque, ao contrário de outras reformas, como a reforma da Previdência e a reforma trabalhista, a reforma tributária parece, às vezes, ser mais consensual. Mas existe um falso

consenso, pois quando se fala de reforma tributária, cada pessoa está falando de uma coisa. Para um prefeito, a reforma tributária é uma coisa, enquanto que para um governador, pode ser outra. Para o empresário da construção, pode ser uma coisa, enquanto que para um de serviços, pode ser outra.

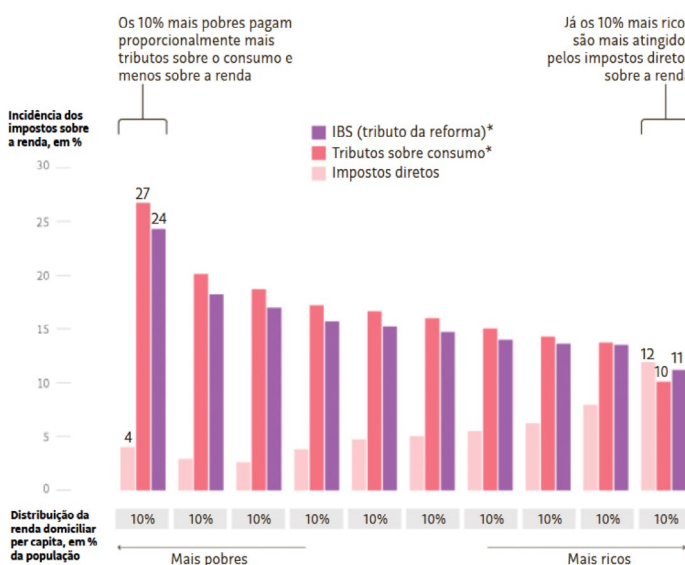
III Progressividade Tributária

Uma primeira motivação para falarmos de melhorar a tributação de bens e serviços é a questão da progressividade, ou seja, a questão da desigualdade de renda, da distribuição de renda. As propostas de reforma da tributação do consumo, embora não reveja diretamente a questão da tributação da renda - ou seja, não é uma reforma sobre imposto de renda, sobre a correção das faixas do imposto de renda ou sobre lucros e dividendos - são propostas com impacto redistributivo.

A imagem abaixo mostra uma estimativa do trabalho do Ipea. Podemos verificar que, com a reforma tributária nos moldes da PEC 45, os mais ricos vão ter uma elevação da carga tributária e os mais pobres vão ter uma redução da carga tributária que incide sobre o seu consumo.

| Figura 6 |

Peso dos impostos sobre o consumo
Por décimos da distribuição da renda domiciliar per capita, em %



Fonte: Octahedron(ODX), Instituto Millenium com projeções da Secretaria do Tesouro Nacional e dados do Banco Central

Esse tipo de estudo tem bastante importância. É difícil termos clareza em relação a esse tema, já que tantas vezes a tributação passa despercebida quando estamos comprando um produto.

E o que existe aqui, fundamentalmente, é a seguinte realidade: a partir do momento que as pessoas vão tendo uma renda maior, elas vão gastando mais a sua renda com serviços.

Numa economia em que os serviços são menos tributados do que os produtos, os mais ricos, pelo menos em relação a esse tipo de tributo, acabam pagando menos. Vamos pensar que uma pessoa mais pobre pode estar precisando comprar uma geladeira, mas eletrodomésticos pagam em média uma tributação maior do que serviços, como spa, massagens, turismo, hotéis... Esses serviços pagam menos imposto, apesar de serem acessados por pessoas de renda mais elevada.

Parte da ideia é promover uma uniformização, fazer com que todos paguem uma parcela similar. Se, hoje, produtos pagam mais e serviços pagam menos, precisamos fazer produtos pagarem menos e serviços pagarem mais. Não à toa, vamos ver uma resistência grande contra a reforma tributária do setor de serviços. Do ponto da economia política, não é simples ou fácil passar essa reforma, embora ela tenha ficado cada vez mais consensual.

No gráfico da página anterior, foi considerada toda a população, classificada do mais rico para o mais pobre, como se numa fila. Então se divide essa população em dez faixas. Desta forma, se vê o quanto cada um desses grupos paga, em média.

Vemos então que os mais pobres pagam relativamente mais em relação a tributos sobre bens e serviços, e os mais ricos, relativamente menos. E essa situação não vai se exaurir com a reforma. Continuaremos tendo essa desigualdade, mas essa situação deverá ser atenuada conforme a carga sobre os mais pobres cai e a carga sobre os mais ricos se eleva. Não é uma grande transformação, mas seria uma primeira dimensão redistributiva que essa reforma pode ter.

IV Guerra Fiscal

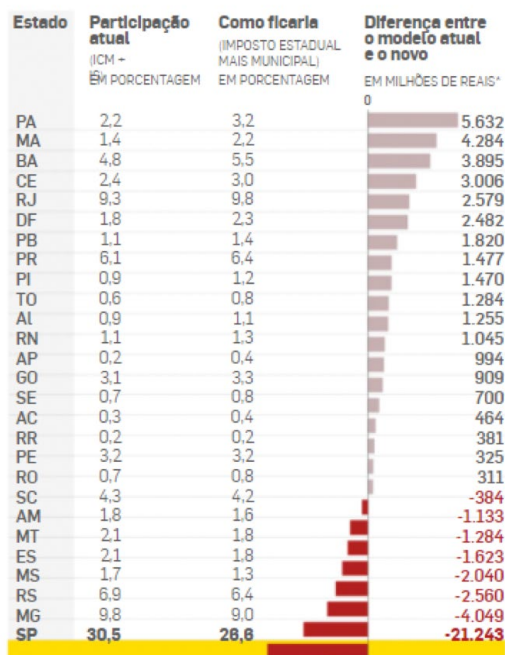
A segunda questão é a guerra fiscal entre os estados. Hoje, o principal tributo sobre consumo no Brasil é o ICMS, Imposto de Circulação de Mercadorias, um tributo estadual. Numa operação de compra e venda, podemos ter um comprador de um estado e um vendedor de outro: quem vai ficar com a arrecadação?

Hoje, a tributação se dá principalmente na origem. A proposta seria passar progressivamente para um regime predominantemente no destino - onde está o consumidor. No sistema atual, fundamentado mais na origem do que no destino, regiões mais ricas do país, mais industrializadas, que produzem mais, podem arrecadar mais. Abaixo vemos outro estudo, sobre como ficaria a arrecadação dos estados, baseada nas propostas do Centro de Cidadania Fiscal, que era liderado pelo Appy até há pouco tempo, como a PEC 45.

| Figura 7 |

Quem ganha, quem perde

Simulação da mudança da receita de ICMS e ISS



Fonte: Octahedron(ODX), Instituto Millenium com projeções da Secretaria do Tesouro Nacional e dados do Banco Central

Em termos relativos, estados como São Paulo perderiam e os estados mais pobres ganhariam. Essa é uma outra dimensão redistributiva, porque se um Estado pobre passa a ter mais recurso em caixa, ele poderia melhorar a vida das pessoas, a formação de capital humano, podendo investir mais em educação, saúde e infraestrutura.

V Ganhos de Produtividade

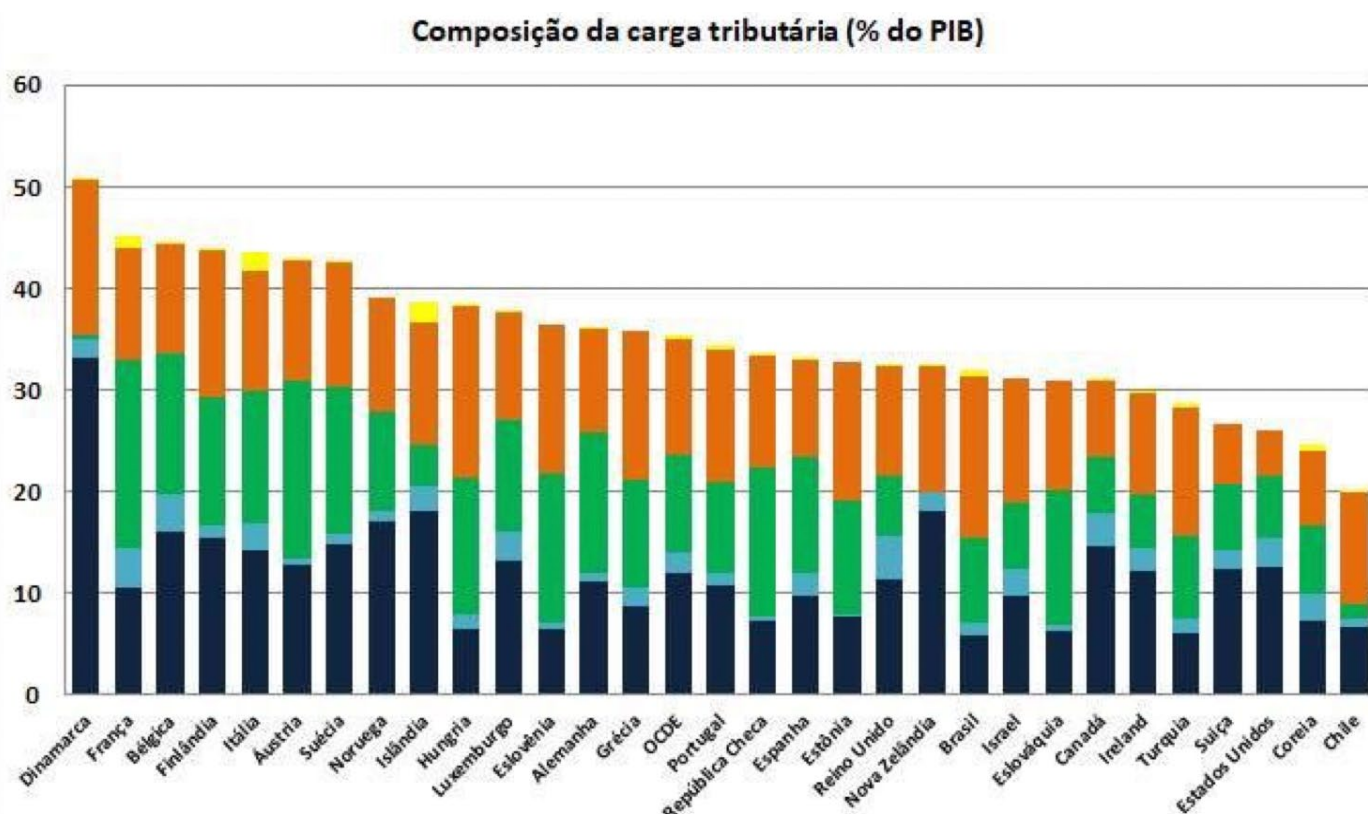
Essas são as duas principais questões em relação à redistribuição de renda ou progressividade que estão colocadas na proposta da PEC 45. Mas a grande motivação para a reforma tributária diz respeito principalmente à questão dos ganhos de produtividade - ganhos de eficiência econômica.

No sistema tributário brasileiro, a existência de alíquotas não uniformes resulta em distorções e consequentes situações anômalas. Uma representação visual que ilustra essa situação é a de vários caminhões circulando pelo Brasil, não seguindo uma lógica de logística ou alocação de produção eficiente, levando em consideração consumidores e distribuidores, mas sim escolhendo o trajeto baseado nas tributações mais atrativas para cada tipo de negócio, em decorrência da guerra fiscal entre os estados.

Essa fragmentação do sistema tem um impacto negativo na economia, como ocorre, por exemplo, no deslocamento de atividades econômicas com base na tributação local, gerando guerra fiscal entre os estados. É um esforço dispendioso para o conjunto da economia, exigindo uma elevada atuação de profissionais como contadores, advogados, procuradores e juizes, dado que a tributação, em sua complexidade, torna-se uma questão excessivamente judicializada.

A indústria é particularmente afetada neste sistema, pois a tributação inadequada do valor adicionado na cadeia de produção acarreta cumulatividade de impostos, prejudicando a exportação e produção de bens mais complexos. A primeira fase da reforma tributária buscava corrigir essa situação, mas o governo tem como objetivo fazer mais do que isso. A reforma tributária da renda está prevista para ser discutida no segundo semestre do ano.

| Figura 8 |



Fonte: Octahedron(ODX), Instituto Millenium com projeções da Secretaria do Tesouro Nacional e dados do Banco Central

O sistema tributário brasileiro também apresenta uma desigualdade na distribuição de carga tributária. Dentre os contribuintes do Imposto de Renda, há indivíduos mais ricos pagando menos imposto do que as classes médias. Além disso, a base da tributação está fortemente concentrada na folha de salários, em detrimento da renda. Comparativamente aos países da OCDE, como Austrália, Dinamarca e Nova Zelândia, o Brasil tributa de forma significativa a folha de salários, o que é prejudicial para o emprego formal.

No governo anterior, a tributação da folha de salários era um assunto relevante, com o ex-ministro Paulo Guedes defendendo a redução dessa tributação e compensação por meio de tributação de transações financeiras e digitais, conhecida como “e-tax” ou “nova CPMF”. No entanto, neste governo, esse discurso não é mais pronunciado, possivelmente devido à desoneração da folha ter sido utilizada como uma justificativa para a recessão e os desequilíbrios fiscais do governo de Dilma Rousseff. A única crítica apontada foi a de que as

desonerações excessivas da folha de pagamento não teriam tido impacto significativo sobre o emprego.

Ainda assim, há uma persistência na questão da tributação da renda. O governo anterior apresentou uma proposta para reformar a tributação de lucros e dividendos, mas ela foi criticada e ficou estagnada no Senado após passar na Câmara. É possível que essa discussão seja retomada pelo governo atual.

VI Tributação sobre Lucros e Dividendos

A questão da tributação de lucros e dividendos talvez seja um dos principais fatores que contribuem para a desigualdade na tributação de renda no Brasil. Lucros e dividendos, de um ponto de vista contábil são uma forma de remuneração equivalente a um salário, mas para pessoas jurídicas. No entanto, ao contrário do salário, que é tributado de acordo com as alíquotas de Imposto de Renda, a transferência

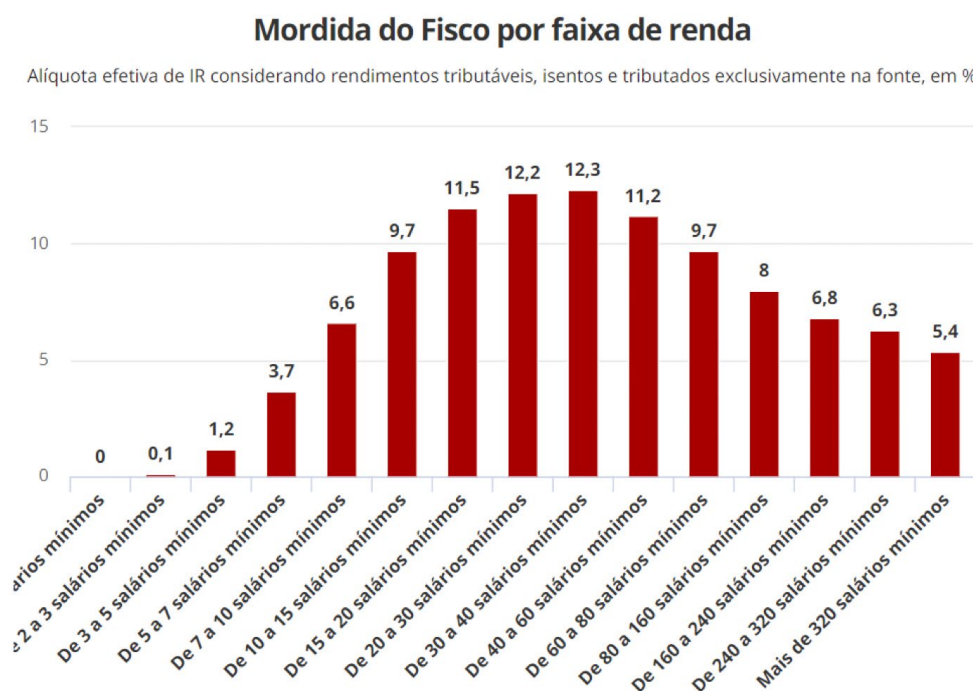
de lucros e dividendos de uma pessoa jurídica para uma pessoa física é isenta de tributação.

Esta distorção é ainda mais acentuada quando se trata de pessoas jurídicas que já pagam poucos tributos, como profissionais liberais que optaram por se formalizar como pessoas jurídicas. Neste caso, é possível obter rendas elevadas pagando pouco imposto, tanto na pessoa física quanto na jurídica.

Esta situação afeta profissionais como advogados, médicos, economistas, consultores financeiros, engenheiros, programadores e fazendeiros. Existe amplo consenso sobre a necessidade de mudar esta situação, tanto entre as forças políticas da direita quanto da esquerda, reconhecendo-se a importância de um modelo mais equilibrado

Não é de surpreender, portanto, a situação da imagem abaixo.

| Figura 9 |



A imagem apresenta as alíquotas médias de Imposto de Renda para várias faixas de renda. Observa-se que a alíquota mais elevada é aplicada a rendimentos aproximados de R\$40 mil, com uma tendência de decréscimo subsequente. Embora a Constituição estabeleça que o Imposto de Renda seja progressivo, distorções na tributação de lucros e dividendos tornam-no, em algum ponto, regressivo. Isso significa que quanto maior o rendimento, menor a alíquota aplicada. O Imposto de Renda cobrado de indivíduos com rendimentos superiores a R\$300 mil é, em média, de 5%, o que é considerado baixo.

O desafio em mudar essa situação é o risco de se criar um ambiente propício à elisão fiscal e evasão fiscal. Uma reforma que aumente a tributação no topo e diminua para quem ganha menos pode ser uma solução, mas não resolverá o problema da tributação elevada na folha de pagamento. Além disso, isentar indivíduos com rendimentos até R\$5 mil custaria mais de R\$100 bilhões, exigindo aumentos nas faixas de isenção para quem ganha mais que R\$5 mil.

O governo tem prometido a atualização da tabela de Imposto de Renda, o que pode ser visto como uma tentativa de aumentar a tributação do topo para fins políticos. Isso seria uma manifestação do conflito distributivo, ou seja, “quero tributar os ricos, mas oferecer benefícios para os grupos de baixa renda”. Isso é importante para o governo em termos de economia política, uma vez que o presidente enfrenta dificuldades eleitorais entre grupos de renda média, que ganham até cinco salários mínimos. Não foram apenas os mais ricos que votaram na chapa Bolsonaro/Braga Neto, mas também grupos de renda média.

VII Perguntas e Respostas

O topo do Imposto de Renda não é muito pequeno, em termos quantitativos, para compensar as isenções da base, que representa a enorme maioria da população? Seria suficiente tributar esses muito ricos para compensar as isenções das pessoas de renda média?

De fato, é muito difícil cumprir a promessa de isentar totalmente quem ganha até R\$ 5 mil, porque o custo é muito alto, mais de R\$ 100 bilhões. As estimativas sobre a tributação de lucros e dividendos nunca chegaria a tanto, inclusive por conta da reação desses muito ricos, no que diz respeito a comportamento estratégico. A partir do momento em que se tributa muito os mais ricos, há várias formas de elisão fiscal. A pessoa pode, por exemplo, começar a manter mais dinheiro na pessoa jurídica, comprar uma Ferrari com o dinheiro da empresa, começar a usar cartão corporativo e não passar a renda para a pessoa física.

Não tem muito mistério: quanto mais tributamos essas pessoas, mais teremos incentivos para esse tipo de comportamento. Como preconiza o conceito da Curva de Laffer, em algum momento, o aumento dessa tributação começará a causar perda de arrecadação.

Não que isso tenha que inibir o governo de mexer nesses tributos, mas tributar demais tem essa consequência. Então, a promessa dos R\$ 5 mil reais parece difícil de ser cumprida, principalmente por conta da questão colocada acima: aumentar a faixa de isenção beneficia também quem ganha mais do que o valor determinado.

Há espaço para arrecadar mais dos mais ricos, talvez algumas dezenas de bilhões, mas não centenas.

O que acha da proposta de Marcos Cintra?

Muito se falou em se ter uma nova CPMF e em tributar o PIX, e o ex-ministro Paulo Guedes bancou muito essa ideia, a ponto de deixar passar esse bonde da PEC 45. Talvez haja no projeto algum aspecto genial que não estamos percebendo, mas no geral não parece uma boa ideia. A tributação sobre transações financeiras é considerada extorsiva, cumulativa, ineficiente e regressiva.

A insistência grande no assunto nos leva a ponderar se eles estão vendo algo que nós não estamos. O ministro Marcos Cintra só chegou a sair depois que estava insustentável, mas a proposta não ficou muito clara.

A seguir, se delineou um debate público sobre reduzir a tributação sobre a folha, desonerando a contratação com carteira assinada, e compensar tributando transações financeiras, mais ou menos como ocorria com a CPMF. Embora essa proposta esteja agora ligada ao governo Bolsonaro, no governo Dilma, também se falava muito em ter uma CPMF, no caso, para reduzir o déficit.

Isso foi em 2015, encabeçada pelo então ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Embora a polarização faça as pessoas acharem que existe muita polêmica, há também alguma convergência entre as ideias dos dois governos.

Mas não temos muitos detalhes, pois essa proposta nunca foi apresentada, ao menos enquanto proposição legislativa.

A reforma tributária é mesmo possível neste governo? Há chance dela representar uma piora no já ruim sistema tributário brasileiro?

Eu trabalhei em três coisas que eu achei que não fossem acontecer: a reforma trabalhista aconteceu, a reforma da Previdência aconteceu, e a expansão do Bolsa Família no governo Bolsonaro aconteceu. Então, no Brasil, acontecem algumas coisas que a gente não imaginava. A reforma trabalhista passou rapidamente, apesar de alguns protestos, e isso significou o fim do imposto sindical. Pouco tempo antes, ninguém acreditaria que o imposto sindical iria acabar. As coisas às vezes passam, e a reforma tributária também pode passar.

A questão é pertinente porque vivemos um momento difícil. O governo está começando com palácios presidenciais invadidos, e existe a leitura de que a invasão fortaleceu o governo, porque gerou solidariedade. Não estou tão certo disso.

Não sabemos quantas estruturas de fake news estão ativas ainda, e esse é um tema muito fácil de gerar desinformação, além de interesses legítimos, que podem ser discutidos. Por exemplo, mostramos acima que alguns estados vão ter perda relativa de arrecadação, notadamente São Paulo e estados do Sul, onde já existe uma antipatia maior em relação ao governo, estados que votaram mais na outra chapa. O aumento do imposto sobre serviços é necessário para a redução da tributação sobre bens. E é fácil criar um discurso de que a classe média vai ser prejudicada.

“Olha, é a mensalidade da escola do seu filho, o plano de saúde, a tua viagem de férias, é o imposto da vingança contra a classe média, contra os estados que votaram contra Bolsonaro, contra os profissionais liberais, contra os médicos”. É normal que esse tipo de discussão aconteça, mas não sei o quanto um governo tutelado dessa forma pode conseguir passar medidas assim.

Existe a visão, de que o governo está fortalecido, mas sempre foi difícil fazer essa reforma. Talvez o melhor momento fosse no governo anterior, quando havia maioria consolidada e algum consenso entre os estados. Vejamos como irá evoluir vamos ver a questão da investigação sobre os atos de 8 de janeiro, fake news, golpismo...

Se a reforma tributária fosse um produto somente do equilíbrio de grupos de interesse, qual seria essa reforma? Quais grupos teriam mais força?

O setor de serviços, em geral, é contra essa reforma, o que inclui grupos que representam profissionais liberais. Por exemplo, a OAB falou mal da taxaçoão de lucros e dividendos, pois esta é uma questão que afeta a carreira. Em determinado momento, o presidente da Ordem, Felipe Santa Cruz, alguém crítico do governo anterior, criticava o ex-ministro Paulo Guedes, dizendo: “não é para esse cara ser liberal? Por que ele está aumentando tributo?”

Outro setor forte, do ponto de vista do debate, é a mídia, os meios de comunicação. E eles também seriam contra.

A favor, provavelmente a indústria. Ainda não houve grandes manifestações a respeito, talvez por desconhecimento. A indústria da construção civil aprovava a ideia do ex-secretário Marco Cintra, provavelmente porque é um setor muito baseado em emprego. Para esta indústria, a desoneração faria grande diferença, enquanto as transações financeiras teriam um impacto menor. Por outro lado, os bancos e o mercado financeiro tenderiam a se posicionar contra a tributação de transações financeiras.

Se falarmos de PEC 45, no entanto, os principais grupos contra nos últimos anos foram o setor de serviços e os municípios, principalmente prefeitos de capitais.

Pode citar países com bons sistemas tributários?

Em termos de ideal, Dinamarca, Nova Zelândia e – em menor grau – Austrália têm bons sistemas.

Os dois países dispensam boa dose de atenção à legislação trabalhista, mercado de trabalho e proteção social. Possuem uma tributação muito baixa sobre emprego, tornando muito fácil a contratação. Suas legislações trabalhistas também são muito flexíveis, de forma que os trabalhadores não gerem muitos custos para os empregadores, além de suas próprias remunerações.

Por outro lado, esses países possuem uma rede de proteção social muito robusta, com benefícios generosos. É como se dissessem: “O mercado de

trabalho vai ser um pouco selva, mas se você tiver algum problema, eu te protejo. Se você cair, tem uma rede aqui”.

Quem tem filhos, independentemente de ser pobre, recebe dinheiro do Estado, uma ajuda. Há muitas creches, coisas que são importantes para famílias mais pobres, muita transferência de renda, e tudo isso muito puxado com uma tributação progressiva sobre a renda. Seria como se no Brasil a gente quase não tivesse contribuição previdenciária, tivesse uma tributação pesada sobre a renda, e uma CLT muito mais flexível, porém muito seguro desemprego, muito Bolsa Família, não apenas para os pobres.

São países cujas políticas são desenhadas para que o mercado de trabalho contrate muito. Resumindo, muito incentivo para contratar, muita proteção social para quem não se dá bem com esse arranjo e tudo isso com uma tributação mais baseada na renda do que no emprego.

Qual a solução para que os cidadãos entendam para onde o imposto está indo?

A solução passa por mais informação, educação. Talvez outra saída seja a tecnologia – e nisso já temos o exemplo do governo digital. A tecnologia pode ajudar a simplificar as coisas, a automatizar.

